Agrícola S.A. Processo: 46000.006462/2002-10 Empresa: Cargill Agrícola S.A. Processo: 46000.006540/2002-78 Empresa: Sport Club do Recife Processo: 46000.006656/2002-15 Empresa: Rolls-Royce International Ltda. Processo: 46000.006785/2002-03 Empresa: Rolls-Royce International Ltda.

Processo: 46000.007016/2002-14 Empresa: Body Sistemas do Brasil Ltda. Processo: 46000.007031/2002-62 Empresa: Corelab Brasil Ltda. Processo: 46000.007114/2002-51 Empresa: Circo Garcia Espetáculos Ltda. Processo: 46000.007154/2002-01 Empresa: Ensemble Promoções Culturais Ltda. Processo: 46000.007156/2002-92 Empresa: Ensemble Promoções Culturais Ltda. Processo: 46000.007762/2002-16 Empresa: Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. Processo: 46000.007945/2002-23 Empresa: Axion Produtores Associados Ltda.

SADI ASSIS RIBEIRO FILHO

(Of. El. nº 64/2002)

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 87, DE 31 DE JULHO DE 2002

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais, tendo presente o disposto no artigo 14 da Lei nº 9.986/00, fundamentada nos termos do Relatório à Diretoria DAM - 80/02, de 31 de julho de 2002, DELIBEROU:

1. Alterar, ajustando o nível de despesas dos valores aprovado pela Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem alterar o total de Cargos Comissionados desta Agência, conforme a seguir:

Cargos	Quantitativo Atual	Acréscimo	Redução	Novo Quantitativo
CCT I	81	2		83
CCT II	76		2	74

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

(Of. El. nº 112/2002)

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 169, DE 1º DE AGOSTO DE 2002

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que os elementos colhidos nos autos do PPI nº 1364/00 constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, II, da Constituição da República, art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei 7347/85: determinar a instauração de Inquérito Civil Público nº 160/2002, em face de INDÚSTRIA SANTA CLARA S/A, com endereço na Rua José Maria de Lacerda, 1895, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32210-120.

GERALDO EMEDIATO DE SOUZA

(Of. El. nº 610/2002)

PORTARIA Nº 170, DE 5 DE AGOSTO DE 2002

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que os elementos colhidos nos autos do PPI nº 400/02 constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, II, da Constituição da República, art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei 7347/85: determinar a instauração de Inquérito Civil Público nº 161/2002, em face dos seguintes Inquiridos: COOTRAUTU - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS UNIDOS LTDA, com endereço na Praça Pedro Severino de Aguiar, nº 140, Centro, São Francisco de Paula/MG, CEP 35543-000, PARQUE HOTEL PIMONTE, localizado na BR 369, Km 25, Zona Rural, São Francisco de Paula/MG, FAZENDA CHÁCARA, localizada na Zona Rural, São Francisco de Paula/MG, SOCIEDADE AGROPECUÁRIA PAVIA LTDA, localizada no bairro Rua Nova, São Francisco de Paula/MG, SOCIEDADE AGROPECUÁRIA FAVIA, localizada no Bairro Rua Nova, São Francisco de Paula/MG, JOÃO AUGUSTO JUNQUEIRA REIS, localizado na BR 369, Km 25, Zona Rural, São Francisco de Paula/MG, MARIA IVONETE DE SOUZA MACHADO, localizada na BR 369, Km 25, Setor Rural, Restaurante e Bar, São Francisco de Paula/MG.

GERALDO EMEDIATO DE SOUZA

(Of. El. nº 614/2002)

PORTARIA Nº 171, DE 2 DE AGOSTO DE 2002

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que os elementos colhidos nos autos do PPI nº 543/01 constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, II, da Constituição da República, art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei 7347/85: determinar a instauração de Inquérito Civil Público nº 162/2002, em face de RODOBAN - TRANSPORTES TERRESTRES E AERÉOS LTDA, com endereço na Rua dos Pampas, nº 788, Prado, Belo Horizonte/MG, CEP 30410-580.

GERALDO EMEDIATO DE SOUZA

(Of. El. nº 615/2002)

PORTARIA Nº 172, DE 5 DE AGOSTO DE 2002

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Investigatório nº 248/01 constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, resolve:

Nos termos dos arts. 129, III, da Constituição da República; art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85: determinar a instauração de Inquérito Civil Público nº 163/02, em face de UNIDADES UNIAO DE DADOS CADASTRAIS DO BRASIL LTDA, com sede em Belo Horizonte/MG, à Av. Pedro II, nº 2715, Bairro Carlos Prates, CEP: 30710-010.

MARIA BEATRIZ CHAVES XAVIER

(Of. El. nº 609/2002)

PORTARIA Nº 173, DE 5 DE AGOSTO DE 2002

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Investigatório nº T267/00 constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, resolve:

Nos termos dos arts. 129, III, da Constituição da República; art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85: determinar a instauração de Inquérito Civil Público nº 165/02, em face de COOPTEL - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com sede em Belo Horizonte/MG, à Rua Levindo Lopes, nº 333 - sala 502, Bairro Funcionários, CEP: 30140-170.

MARIA BEATRIZ CHAVES XAVIER

(Of. El. nº 616/2002)

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

DESPACHOS

Processo nº 316349

Declaro a inexigibilidade de licitação para a contratação da Fundação Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, fundamentado no artigo 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/93, no valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), visando participação de servidor do Supremo Tribunal Federal em curso a realizar-se em Brasília/DF.

Brasília, 6 de agosto de 2002.

FRANCISCO DE ASSIS ROCHA
Secretário de Administração e Finanças

No uso da competência que me foi delegada pelo artigo 1º, inciso XXVII, da Resolução 220/2001, ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos declarados pelo Secretário de Administração e Finanças.

Brasília, 6 de agosto de 2002.

FRANCISCO SILVINO DE JESUS FERREIRA MATOS
Diretor-Geral

(Of. El. nº 157/2002)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 269, DE 6 DE AGOSTO DE 2002

Regulamenta a licença para capacitação de que trata o art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2002160020, em sessão ordinária de 28 de junho de 2002, resolve:

Art. 1º Após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

Art. 2º A contagem do período aquisitivo da Licença para Capacitação ficará suspensa durante as ausências que não forem consideradas como de efetivo exercício.

Art. 3º É vedada a concessão dessa licença a servidor titular, exclusivamente, de cargo em comissão, ou seja, sem vínculo efetivo com a Administração Pública.

Art. 4º Os custos decorrentes da participação nos eventos de que trata o § 1º serão de exclusiva responsabilidade do servidor.

Art. 5º O servidor interessado na licença deverá, com antecedência mínima de trinta dias do seu início, salvo por motivo de força maior devidamente justificado, apresentar requerimento à autoridade competente no seu órgão de origem, instruído com o conteúdo programático expedido pela instituição promotora, contendo a carga horária e o período de realização e, ainda, a manifestação fundamentada da chefia imediata.

Art. 6º Ao final da atividade, o servidor deverá apresentar, no prazo máximo de trinta dias, comprovante de frequência no curso ou certificado de conclusão e, a critério da Administração, relatório circunstanciado.

Art. 7º O descumprimento do disposto no § 1º poderá acarretar a instauração de sindicância nos termos da legislação vigente.

Art. 8º Na hipótese de a licença para capacitação se destinar a pesquisas e levantamento de dados necessários à elaboração de trabalhos para a conclusão de curso de pós-graduação ou, ainda, a atividades cuja natureza impossibilite a emissão dos documentos previstos no caput deste artigo, atendido o disposto no art. 1º, o servidor deverá mencionar tal situação quando do requerimento inicial, apresentando comprovante de matrícula.

Art. 9º O servidor requisitado deverá requerer a concessão da licença prevista no caput do art. 1º no órgão de origem, após prévia manifestação do órgão cessionário quanto à oportunidade e conveniência do afastamento.

Art. 10º A licença para capacitação poderá ser parcelada em períodos mínimos de cinco dias e será concedida pelo tempo correspondente à duração do evento, incluído o período de deslocamento e preparação do curso, quando for o caso.

Art. 11º Os períodos de licença de que trata o artigo 1º desta Resolução são considerados como de efetivo exercício e não são acumuláveis, podendo somente serem gozados durante o quinquênio subsequente ao da aquisição.

Art. 12º No caso de dois ou mais servidores de um mesmo setor requererem o gozo da licença na mesma data e para o mesmo período, terá preferência, pela ordem, aquele que contar maior tempo de serviço no próprio órgão, na Justiça Federal, no Poder Judiciário Federal ou for mais idoso, salvo em relação ao servidor que estiver decaído do direito à licença.

Art. 13º O servidor já beneficiado pelo critério de desempate a que se refere o caput deste artigo não poderá novamente ter preferência sobre os demais concorrentes.

Art. 14º O servidor poderá requerer, em situações excepcionais devidamente justificadas, a suspensão da licença, sem perder o direito ao gozo do período restante.

Art. 15º O servidor, durante o período de licença, receberá apenas a remuneração de seu cargo efetivo, mesmo quando for titular de função comissionada.

Art. 16º Na contagem do primeiro período de licença para capacitação será considerado o tempo de serviço adquirido na forma da Lei nº 8.112, de 1990, não usufruído ou contado em dobro para efeito de licença-prêmio, observada a legislação em vigor até 15 de outubro de 1996.

Art. 17º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. NILSON NAVES

(Of. El. nº 128/2002)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 490, DE 5 DE AGOSTO DE 2002

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no art. 72 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º - Alterar o cronograma de desembolso mensal do grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em razão das Leis nºs 10.474 e 10.475, de 27 de junho de 2002, que dispõem sobre a remuneração da magistratura da União e a reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, respectivamente.

Art. 2º - O Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Distrito Federal e Territórios, relativo a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2002, passa a ser o constante do Anexo desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. NATANAEL CAETANO